

# O MUNDO DO TRABALHO: CONTEXTO E SENTIDO

Uma visão sobre o que fez e o que faz o trabalhador brasileiro

A palavra trabalho deriva do latim *tripalium*, objeto de três paus aguçados utilizado na agricultura e também como instrumento de tortura. Mas ao trabalho associamos a transformação da natureza em produtos ou serviços, portanto em elementos de cultura. O trabalho é, desse modo, o esforço realizado, e também a capacidade de reflexão, criação e coordenação.

Ao longo da história, o trabalho assumiu múltiplas formas. Um importante pensador sobre esse assunto foi Karl Marx. Para esse autor, o trabalho, fruto da relação do homem com a natureza, e do homem com o próprio homem, é o que nos distingue dos animais e move a História.

Mas o trabalho no mundo capitalista assumiu uma forma muito específica: o emprego assalariado. Como isso acontece? Quais as conseqüências desse modelo?

## Trabalho e salário

Nas sociedades européias, depois da Idade Média, a idéia do trabalho regular se impõe aos poucos. É o início do Capitalismo. Essa nova concepção vai além da atividade agrícola marcada pelos ciclos da natureza. À medida que se aprofundam as relações típicas da sociedade capitalista, ocorre a valorização do capital, com a transformação de insumos em produtos, em mercadorias e em lucros.

Os donos do capital se apropriam dos meios de produção, o que significa que eles compram, com salários, a força de trabalho daqueles que passam a viver desse trabalho. As longas jornadas são definidas pelo capital e perdem a relação natural com o movimento da Terra, com as estações do ano ou clima. O tempo pertence ao capital, que exige trabalho.

As pequenas oficinas onde se produziam os artefatos vão perdendo espaço para o surgimento das fábricas. As guildas ou as corporações de ofício, que reuniam mestres e artesãos, começam a tomar a forma dos primeiros sindicatos. Mas o que é essa novidade chamada “fábrica”?

Fábrica é o lugar onde os trabalhadores eram reunidos para executar diferentes tarefas para produzir uma mercadoria. Das oficinas às fábricas chega-se à manufatura, e logo aos sistemas de máquinas, à automação, às grandes fábricas capazes de produzir algo complexo do seu início até a operação final sob o comando do capitalista, representado pelo capataz ou feitor. É o longo processo da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVII.

Ao surgimento da fábrica, corresponde o aparecimento dos sindicatos em defesa dos interesses da classe trabalhadora e em busca pela justiça na produção capitalista.

Trabalho e emprego Para que os trabalhadores vendessem seu trabalho em troca de salário, foi preciso destruir formas autônomas de sobrevivência, criar leis que obrigassem pessoas livres a trabalhar, reprimir todos aqueles vistos pela elite dominante como vagabundos e indignos. Desse modo, o trabalho no mundo capitalista ganhou cada vez mais a forma de emprego assalariado e sua ausência recebeu o nome de desemprego.

As palavras emprego e desemprego só passam a ter existência no vocabulário europeu a partir do final do século XIX. Até então, aqueles que conseguiam prover a própria existência eram identificados como trabalhadores (no sentido genérico), ou como profissionais pertencentes a alguma “corporação” de ofício (com sua estrutura de mestres, oficiais e respectivos liceus de artes e ofícios). Já os que não alcançavam tal intento, necessitando de algum tipo de assistência ou perambulando pelas ruas em busca de alimento, eram rigorosamente identificados e tratados pelas leis da época como pobres, vagabundos, incapazes, inválidos ou vadios.

Pouco a pouco se separam dois grupos de pobres: de um lado, aqueles sem vínculos com o mundo do trabalho ou com vínculos esporádicos e intermitentes; ficavam à mercê da assistência social ou da caridade; de outro, os pobres trabalhadores regulares que podiam encontrar-se temporariamente sem trabalho. Identificados como desempregados, nesse caso, terão acesso aos direitos sociais – indenização, seguro-desemprego, assistência médica etc. – garantidos pelo Estado.

**Produção e consumo** Se parte dos trabalhadores foi forçada a entrar na relação de trabalho assalariada, não foi sem resistência que os trabalhadores nela permaneceram. Assim, empresas e estados precisaram construir estratégias para controlar os trabalhadores e assegurar a produção e o consumo das mercadorias. De nada adiantaria produzir se não fosse possível vender, e nas primeiras décadas do século XX, constrói-se um modelo de organização do trabalho conhecido como taylorismo-fordismo.

Em primeiro lugar emerge o taylorismo: cada movimento do trabalhador será rigorosamente controlado por uma gerência que o vigia permanentemente. O fordismo acentua essas mudanças por meio da linha de montagem: a cada trabalhador caberia apenas uma tarefa, a ser executada em seu posto de trabalho, em um tempo determinado, por exemplo, enquanto a esteira rolante passa. Não sem razão, o movimento operário vai posicionar-se fortemente contrário a essa intensa disciplina.

O fordismo está associado a uma nova dinâmica do modo capitalista: produção em quantidade, custos baixos, grandes fábricas que produzem tudo. Começam os tempos da produção e do consumo em massa. Tal dinâmica predominará no século XX, particularmente entre a Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970, nos países desenvolvidos.

Grande parte desses países viverá um período marcado pelo crescimento econômico: emprego e direitos sociais garantidos aos trabalhadores, aumentando a renda e o consumo nas diversas classes sociais. Adolescentes e jovens pobres conseguem utilizar parte de sua renda para consumo próprio, contribuindo para a construção de mercado e cultura juvenis.

Alguns fatores – ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos e novos padrões de comportamento, incluindo menor autoridade e controle paternos, além de maior disponibilidade de renda para consumo – foram fundamentais para que a categoria juventude ganhasse força, expandindo-se para além dos jovens estudantes das classes média e alta, bem como dos considerados “delinqüentes”. Vários pesquisadores chamam atenção para o aparecimento dos grupos juvenis reunidos em torno da diversão e do consumo, com estilos próprios de vestuário e comportamento, e também para manifestações juvenis contrárias à própria sociedade de consumo.

### **Crise no Trabalho**

Parte considerável das mudanças no mundo do trabalho toma corpo a partir da segunda metade dos anos 1960. Elas estão relacionadas com a crise financeira norteamericana do período; a relativa saturação do mercado consumidor nos países centrais; a elevação dos preços do petróleo nos anos 1970; as lutas operárias contra o trabalho repetitivo das fábricas; o sucesso crescente da indústria japonesa na competição internacional.

Ao aprofundar-se a crítica ao padrão taylorista-fordista, novos modelos ganham espaço: por um lado, os grupos semi-autônomos adotados principalmente por fábricas suecas como a Volvo, daí o nome “volvoísmo”, por outro, o modelo da indústria japonesa, particularmente nas fábricas da Toyota (“modelo japonês” e “toyotismo”): equipes flexíveis e polivalentes.

Para quem está inserido no mundo do trabalho, algo mudou: a rotina das fábricas não é tão rígida; a chefia por vezes deixa a opressão ostensiva; o trabalho daqueles que lidam com a produção industrial é menos mecânico; o objeto e a ferramenta distanciam-se das mãos do trabalhador, que lida agora com o monitoramento de

símbolos e mensagens dos sistemas computadorizados; a disputa é mais intensa, a qualificação profissional surge como uma exigência maior e a educação formal transforma-se em critério de seleção.

O Brasil revela, no entanto, que essas mudanças não são uniformes. Hoje, convivemos com um trabalho que se aproxima da escravidão, e trabalho extremamente qualificado, entre os tempos de suor e graxa e uma nova “era do conhecimento” que não chegou aos quatro cantos do planeta.

O emprego estável, o vínculo duradouro, a carreira realizada em um percurso de um ou de poucos empregos, parece inexistir para a maior parte da população. A identidade com o empregador e com a própria profissão parecem situações de uma época que já se foi. O desemprego atinge patamares elevadíssimos em todo o mundo, que parecem não ceder. As diferentes situações convivem conjuntamente, ou seja, uma minoria com emprego estável e direitos garantidos, muitos desempregados e outros que vão em busca de alternativas. O trabalho passa a ser criação própria para alguns (auto-emprego, cooperativas), ou retoma sua condição de “fora-da-lei”, com oficinas clandestinas, profusão de produtos denominados “piratas”, ou imensa rede de atividades ilegais como opção de acesso a alguma renda. É a paradoxal economia “informal” que movimentava cifras grandiosas, ocupa milhões de trabalhadores expulsos da agricultura e da indústria. Como é possível falar de trabalho assalariado no país em que a escravidão foi a forma de trabalho dominante até o final do século XIX?

A rigor, no Brasil, a relação assalariada não se generaliza como nos países centrais. O período pós-abolição da escravidão é marcado pela política de ampla imigração de trabalhadores que fugiam da crise em seus países de origem: italianos, espanhóis, japoneses, alemães e tantos outros, para o labor das fazendas, incipientes oficinas e fábricas, ou ainda para os serviços na cidade.

Com os imigrantes surgem as primeiras sociedades de socorro mútuo de trabalhadores, os primeiros sindicatos e confederações, as primeiras greves gerais, de 1907 e 1917. A crise social que se desenrola ao longo das três primeiras décadas do século XX é decorrente de diferentes modelos econômicos pretendidos, a vocação agrícola contra o sonho industrial.

### **Desenvolvimento da indústria no Brasil**

A chegada de Getúlio Vargas ao poder executivo significa uma ruptura com o período precedente: apesar das condições de tutela impostas à organização sindical, entre as décadas de 1930 e 1940, contraditoriamente, o país passa a contar com uma legislação trabalhista – parte dela ainda hoje em vigor na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Começava a era do emprego formal, da carteira de trabalho assinada e da previdência social, incorporando massas de trabalhadores integradas ao processo de industrialização, que ganha impulso após a Segunda Guerra Mundial.

Dos anos 1940 aos anos 1980, o Brasil cresce intensamente, e as migrações, agora internas, suprem a necessidade de trabalhadores de uma indústria que não pára de se expandir. É o momento das grandes siderúrgicas, da indústria automobilística, da petroquímica e dos mais diversos setores produtivos que substituem a incipiente base fabril do início do século XX (produtos têxteis ou bens de consumo).

### **Distribuição de renda e crise**

O perfil e a trajetória histórica da distribuição de renda no Brasil certamente limitam a capacidade de consumo, e, por conseguinte, a aquisição de bens e serviços pelo cidadão comum. Embora apresente uma das maiores populações do planeta, a renda vergonhosamente concentrada é uma imensa barreira ao crescimento econômico, por causa da reduzida demanda familiar. Se o trabalho caracterizado pelo emprego formal era fonte de direitos e caminho seguro de acesso à renda e, portanto, ao consumo, os “bicos” ou o não-trabalho associados ao desemprego são portas fechadas nesse caminho.

No final do século XX, despreparado, o país abre as portas e é inundado pelas importações. Somem-se a isso a

crise fiscal do Estado, incapaz de sustentar investimentos com a subtração dos juros da dívida, e a reestruturação das empresas em busca de novas condições para competir. O resultado é o desaparecimento de milhões de empregos na economia brasileira, especialmente na indústria. A sensação predominante é de insegurança.

A carteira de trabalho assinada passa a ser um sonho, objeto de desejo e de veneração. Agora, é o chamado mercado informal que dá as cartas, um trabalho incerto e inseguro, literalmente temporário. Não é ainda o fim dos empregos, mas é o tempo do desemprego como epidemia social e econômica.

Esse desemprego não atinge igualmente a todos os indivíduos. Ele toca, principalmente, as mulheres, os afrodescendentes, os jovens. Ao longo dos anos 1990, os jovens passam a encontrar cada vez mais dificuldades para ingressar e permanecer no mercado de trabalho: houve diminuição do número de jovens ocupados e da sua participação na população ocupada.

Para além dos números, o desemprego juvenil provoca outros debates. Algumas pesquisas tornam evidente que o trabalho dos jovens (sobretudo das mulheres) é fundamental para a construção da autonomia e da condição juvenil; a possibilidade de consumo é um meio de construção das identidades. Mas nos tempos bicudos do desemprego começa-se a questionar se os jovens não deveriam apenas estudar. Mas muitos jovens, mesmo os mais pobres, começam a reclamar pelo direito à escolha, pelo direito à educação e também ao trabalho.

MARIA CARLA CORROCHANO E LUÍS PAULO BRESCIANI